

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE

Kildo Adevair dos Santos
UFRN
kildo.santos@ufrn.br

RESUMO AMPLIADO

A sociedade brasileira, sobretudo em termos de passado, vem sendo pensada sob a influência de três grandes obras: *Casa-grande e senzala* (2004), de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1995), de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil contemporâneo* (2011), de Caio Prado Júnior. A obra *Raízes do Brasil* (1995) pode ser um ponto de partida na tentativa de busca da compreensão das relações históricas entre o público e o privado tanto na sociedade brasileira como no campo educacional. Caracteriza-se nesta o “homem cordial” expressando sua formação na estrutura familiar e sua repulsa às relações impessoais, características próprias do Estado, como também manifesta-se na narrativa a dificuldade em se estabelecer a diferenciação entre o mundo do público e do privado. Para Souza (2015), a interpretação de Freyre (2004) de que no Brasil se desenvolveu uma “civilização singular” foi invertida por Holanda (1995) que indicou o “homem cordial” como o problema social e político brasileiro. Souza (2015) considera o autor de *Raízes do Brasil* como o principal sistematizador do tema que predomina na atual sociedade brasileira, “[...] uma espécie muito peculiar de percepção da relação entre mercado, Estado e sociedade, onde o Estado é visto, a priori, como incompetente e inconfiável e o mercado como local da racionalidade e da virtude” (SOUZA, 2015, p. 32). O contexto histórico de formação social e cultural do Brasil, marcado pela discussão da relação do público e do privado, também se fez presente no campo educacional, marcado pelas discussões em torno da laicidade, da obrigatoriedade de aplicação de recursos públicos pelo Estado, em educação, em bolsas de estudo, em instituições privadas, no financiamento público para instituições privadas, entre outras possibilidades (FÁVERO; CURY; HORTA, 2005; OLIVEIRA, 2005). As novas faces da relação do público e do privado, o que Cury (2008, p. 17) chamou de “um novo movimento da educação privada”, podem ser caracterizadas nas parcerias público-privadas⁵ na educação básica que, além de vender materiais didáticos,

5 [...] a reunião de esforços entre o Poder Público e o setor privado para a concretização de objetivos de interesse público, a partir de iniciativas legislativas, bem como da sua aceitação pela doutrina no âmbito do Direito Público. Cabe ainda, nesta perspectiva, a designação de todas as formas de sociedade que, apesar de não formarem uma

representadas por grupos privados, estão formando lideranças das escolas públicas por meio de programas de gestão. É nesta perspectiva que este texto tem o objetivo de discutir as implicações da parceria público-privada em educação para a organização do trabalho docente nas escolas públicas de educação básica. Os dados para o estudo, com predominância qualitativa, foram coletados por meio de documentos, observação e entrevistas com os docentes e gestores. As parcerias público-privadas no campo educacional têm sido caracterizadas como um movimento de privatização da educação básica que, por meio das vendas de material apostilado, a assessoria para gestão educacional, a oferta de vagas, nas instituições privadas de educação infantil, marca a tendência deste fenômeno no país (ADRIÃO, 2016). Em relação às parcerias para a assessoria da gestão educacional, estas têm sido caracterizadas pela tendência da implantação das técnicas gerenciais nos espaços escolares, disseminando a lógica das políticas de *accountability* e o estímulo à cultura da concorrência entre os sujeitos que são homogeneizados por metas. Estas parcerias ainda têm implicado negativamente na autonomia dos profissionais da educação e na construção da gestão democrática da escola pública (PERONI, 2013). No que tange ao trabalho docente, a pesquisa indicou contribuições da parceria para o trabalho nas escolas, o que pode estar relacionado às novas aprendizagens de práticas de gestão de sala de aula, apontando um sentimento de profissionalismo. Contudo, o processo de controle e a intensificação crescente do ato docente podem ser erroneamente identificados como um símbolo de seu crescente profissionalismo (APPLE, 2005). O sentimento de profissionalismo e de não percepção da intensificação do trabalho docente está relacionado às estratégias de estímulo à autointensificação, esta última entendida como a exploração pelos discursos e propostas educacionais oficiais, exploração a qual é motivada pelos resultados das escolas e pela incitação ao engajamento de processos de profissionalização (GARCIA; ANADON, 2009). As práticas implantadas pela parceria mudaram a rotina de trabalho dos docentes que antes planejavam com autonomia, diferentemente das atuais práticas, o que aumentou o controle do trabalho e instalou processos de publicização dos resultados vinculados às políticas de responsabilização educacional. A parceria ainda promoveu a introdução do pagamento por *performance*, o que gerou o impacto da diferenciação interna na carreira docente e provocou um aumento da competitividade em busca do melhor desempenho. Diante destas evidências, considera-se que as parcerias público-privadas agem como um mecanismo de mercado educacional. Estas inauguraram uma nova fase de disputas no campo,

nova pessoa jurídica, se organizam entre os setores público e privado, para a consecução dos interesses públicos (BEZERRA, 2008, p. 63-64).

seja por meio de controle externo, principalmente via processos de avaliação, seja pela transferência de serviços para o setor privado. Os resultados da pesquisa indicam que os docentes das escolas públicas que firmaram parcerias público-privadas foram submetidos a uma nova organização do trabalho escolar, implicando em um modelo de regulação educativa e em intensificação do trabalho docente. Os resultados apontam ainda que esta intensificação do trabalho foi resultante da ampliação da jornada de trabalho tanto individual quanto coletiva, pois os docentes tiveram aumento da carga horária e de trabalho, sem que houvesse qualquer remuneração adicional, além do aumento de responsabilidades com os processos escolares, implantando uma lógica mercantil, disseminando as regras de competitividade e das políticas de *accountability*.

Palavras chaves: Parcerias público-privadas. Educação básica. Trabalho docente

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. M. F. *et al.* Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 113-131, mar. 2016.

APPLE, Michael W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BEZERRA, E. P. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino?** 2008. Dissertação (mestrado) – Instituto de Biociências, UNESP, São Paulo.

CURY, C. R. J. Um novo movimento da educação privada. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Orgs.). **Público e privado na educação: novos elementos para o debate.** São Paulo, Xamã, 2008.

CURY, C. R. J.; HORTA, J. S. B.; FÁVERO, O. A relação educação-sociedade- Estado pela mediação jurídico-constitucional. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988.** 3ª ed. Campinas, Autores Associados, 2005.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 49ª ed. São Paulo: Global, 2004.

GARCIA, M. M. A.; ANADON, S. B. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n.106, p. 63-85, abr. 2009.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OLIVEIRA, R. P. de. A Educação na Assembléia Constituinte de 1946. In: FÁVERO, Osmar (Org.) **A educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988**. 3 ed. Campinas, Autores Associados, 2005.

PERONI, V. M. V. Redefinições no papel do Estado: parcerias público-privadas e a democratização da educação. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives**, v. 21, p. 1-20, 2013.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.